

ENTREVISTA COM ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO

ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO

Professor Titular Aposentado de Direito Administrativo da Universidade Federal do Paraná e Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor e Mestre pela Universidade Federal do Paraná. Presidente do Instituto de Direito Romeu Felipe. Ex-Presidente da Associação Ibero-americana de Direito Administrativo; da Associação de Direito Público do Mercosul; do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; e do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Advogado em Curitiba.
romeufelipe@uol.com.br

AUGUSTO NEVES DAL POZZO

Professor da PUC-SP.
ORCID: [<https://orcid.org/0000-0001-8891-7080>].
augusto@dalpozzo.com.br

RICARDO MARCONDES MARTINS

Professor da PUC-SP.
ORCID: [<https://orcid.org/0000-0002-4161-9390>].
ricmarconde@uol.com.br

*REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA (RDAI)*¹ – Nossa primeira pergunta é mais pessoal. Como surgiu a escolha pela área jurídica? E pela docência? Como o senhor vê a atividade de professor? E os Congressos que o senhor participou e organizou? E a atividade da advocacia?

ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO – Eu descendo, por parte da minha mãe, de uma família muito antiga aqui no Estado do Paraná, e, entre os integrantes da família nós tivemos dezenas de magistrados. Meu avô materno, Clotário de Macedo Portugal, foi Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, por 15 anos. Vários integrantes da família (tios, irmão e primos) ocuparam o cargo

1. Entrevista com Romeu Felipe Bacellar Filho concedida a Augusto Neves Dal Pozzo e Ricardo Marcondes Martins em 28.09.2021 pelo zoom.us. Como citar esta entrevista/*How to cite this interview*: DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes. Entrevista com Romeu Felipe Bacellar Filho. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* – RDAI, São Paulo, v. 6, n. 23, out.-dez. 2022. DOI: [<https://doi.org/10.48143/rdai.23>].

de Desembargador. Meu irmão mais velho aposentou-se como juiz de entrância final. Enfim, a minha família é praticamente voltada para a área do direito.

A minha tendência em seguir a área do direito foi herdada de meu pai. Formado em Direito e Economia, na década de 1950, prestou um concurso para o Tribunal de Justiça do Paraná, para provimento do cargo de Secretário-geral vitalício, com remuneração que correspondia ao cargo de Juiz de Entrância Especial. Classificado em primeiro lugar no certame, meu pai foi nomeado e exerceu o cargo durante muito tempo até a sua aposentadoria. Concomitantemente, foi Professor de Direito da UFPR e dirigia uma revista, intitulada *Fórum do Paraná*, que eu e meu irmão mais velho, Rui Portugal Bacellar, ajudávamos a editar.

Oriundo de uma família pobre, e tendo perdido o seu pai (meu avô paterno) muito cedo, a partir dos sete anos de idade já trabalhava para auxiliar na renda familiar. Em verdade, talvez até por imposição da necessidade e pela forma como ele foi criado, ele também fez com que os filhos comessem a trabalhar cedo. Deste modo, com 13 anos, eu já era tarefeiro extranumerário do Tribunal Regional Eleitoral, uma espécie de mensageiro que se incumbia de entregar ofícios e documentos e auxiliar os servidores efetivos no que necessitassem. Posteriormente, fui trabalhar como *office boy* no escritório de um brilhante professor e advogado, ex-Desembargador José Munhoz de Mello, cujo filho, Joaquim Roberto Munhoz de Melo, muitos anos depois, foi meu colega como Professor e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Certamente, o tempo em que passei no escritório me fez ter um interesse especial pelo Direito Público, área de atuação do Advogado e Professor. Embora, um simples auxiliar, no tempo disponível, eu ficava lendo as impecáveis petições que ele fazia em defesa de Agentes Públicos e Empresas que se relacionavam com o Poder Público. Certamente, essa valiosa experiência de quase dois anos me inclinou para a área do Direito Administrativo.

Posteriormente, ao completar 18 anos, ingressei no Tribunal de Justiça como funcionário. Quando já formado em Direito, tendo surgido três vagas no cargo de assessor jurídico, decorrentes de aposentadorias, foi instaurado um concurso público para preenchimento desses cargos, sendo certo que a remuneração era muito maior do que aquela que eu percebia, como oficial judiciário. Inscrevi-me no certame, concorrendo com, aproximadamente, 300 candidatos. Na época, quando se aludia a 300 candidatos, o número parecia absurdo. Mas estou me referindo ao ano de 1973, o que significa dizer que, nesse tempo, era um número altamente expressivo, que reunia pretendentes de boa qualificação. Eu prestei o concurso logrando me classificar em segundo lugar, sendo nomeado para uma das vagas. É imperioso dizer que os tempos não eram favoráveis para mim. Como disse, meu pai, tendo sido Diretor-Secretário vitalício, atuou durante muitos

havendo oportunidade de assistir televisão ou de manusear o celular, restava-me ler. Livros, romances. Um dia desses, estava relendo I-Juca Pirama. Que primor, que composição poética mais impressionante. Quem é que lê I-Juca Pirama hoje? Quase ninguém.

Sinceramente, tenho muita apreensão. Às vezes, no Natal, ou por ocasião de aniversário, procurava dar de presente um livro. Com constância, em razão da admiração e respeito que nutro pela americana Taylor Caldwell, presenteava os destinatários com uma obra desta autora. Ela escreveu com muita fidedignidade, sobre a vida e relevante papel de Cícero, no livro *Um pilar de ferro*. Também é desta autora a magistral obra *Médico de homens e de almas*, narrando a trajetória de São Lucas. Era extremamente frustrante saber que alguns dos presentes, ao serem indagados se haviam apreciado a leitura, nem se lembravam do presente ou nem sequer o haviam folheado. É uma triste constatação, eis que a leitura constante nos faz escrever melhor. Claro que a boa leitura, principalmente, a leitura dos clássicos. Olavo Bilac, por exemplo, tem passagens que são fora da compreensão humana nos dias de hoje. Eu digo tranquilamente que uma grande parcela dessa juventude de hoje sabe, esparsamente, muito sobretudo; mas, quando se trata de um assunto específico e aprofundado, a casquinha é muito fina, lamentavelmente.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA (RDAI) – Por fim, qual é a sua mensagem para os operadores do direito e para os estudantes do direito público.

ROMEUFELIPE BACELLAR FILHO – Na realidade, quando retomei a advocacia, enfrentava uma situação de absoluta necessidade. Não foi fácil, mas o direito administrativo foi a minha tábua de salvação. Por quê? Porque na época, não havia advogados especializados em direito administrativo. Passei a ser o único, circunstância a possibilitar que muitas causas me fossem encaminhadas. Atendi às controvérsias decorrentes do transporte coletivo, rodovias, portos e reclamos de servidores públicos. Durante algum tempo, foi assim. Mesmo depois, eram poucos os que atuavam na área.

No primeiro mês em que iniciei, atuando em numa salinha oferecida no escritório de um grande amigo, Dr. Jaime Stivelberg, já falecido, eu ganhei uma quantia equivalente a mais de 12 meses do salário do Tribunal. Apareceram oportunidades notáveis a evidenciar que alguém, lá em cima, no Paraíso, gostava de mim. Era tanto serviço que mal podia dar conta. Inexistindo, ainda, o computador, me valia de uma máquina de escrever IBM presenteada por meu sogro, me obrigando a contratar datilógrafas que trabalhavam em suas próprias casas, só para mim. Durante a noite, eu escrevia os textos, às vezes, emendando com recortes de fotocópias, notadamente, doutrina e textos de lei e entregava os rolos

para as datilógrafas que preparavam as petições para mim. Na sequência, montei meu próprio escritório, tendo a felicidade de conquistar um grande parceiro, o Dr. Renato Andrade. Atendendo ao meu convite, formamos um escritório com boas condições e, graças a Deus, logramos grande êxito. Hoje, contamos com a colaboração de 15 advogados, a maioria atuando em direito administrativo; todos, meus ex-alunos.

O andar da carroça acomodou as abóboras. Tudo acabou se ajeitando. E o direito administrativo, como preconizava o Desembargador Munhoz de Mello, com muita razão, mostrou ser o direito do futuro. Tive a felicidade de saber aproveitar as oportunidades que esse ramo de direito me ofereceu, mas ainda são infindáveis as possibilidades, em razão dos desdobramentos que esse ramo do direito tem possibilitado: o direito econômico e outras áreas decorrentes, por exemplo. Há advogados dedicados à instância administrativa, atuando em processos administrativos funcionais ou em licitações, formulando defesas e recursos na justiça desportiva, no Departamento de Trânsito ou até na Ordem dos Advogados.

Os jovens têm um campo grande pela frente. Estimo que todos tenham a sorte que eu tive. Claro, que me preparei, mas eu posso dizer que sou um afortunado, fui abençoado por alguém, porque, realmente, considerando tudo que eu empreendi, todos os meus objetivos foram alcançados, graças a Deus. Eu agradeço a vocês pela paciência em me ouvir.